



O XÍMORO

LULISTA

E A IMPLOÇÃO ELEITORAL
DA ESQUERDA

IDELBER AVELAR
Professor de Literatura



A história brasileira se acelerou tremendamente nos últimos cinco anos. A partir de junho de 2013, o Brasil assistiu ao maior levante popular de sua história, sua eleição presidencial mais polarizada de todos os tempos (2014), um massivo movimento de ruas pela derrubada do governo recém-eleito (2015), um processo de impeachment que terminou efetivamente derrubando-o (2016), o maior escândalo de corrupção da história, revelado pela Operação Lava Jato (2014-18) e a surpreendente eleição de Jair Bolsonaro (2018), até recentemente um discreto parlamentar do baixo clero, mais conhecido por suas declarações homofóbicas, misóginas e militaristas. Entre os analistas, o clima predominante tem sido a estupefação, já que a grande maioria apostava na reedição da polarização que tem caracterizado as eleições brasileiras desde 1994, com um bloco de centro-direita capitaneado pelo PSDB enfrentando um polo de centro-esquerda liderado pelo PT. As diferenças de recursos econômicos, tempo de televisão e estrutura partidária entre esses dois blocos e o restante do sistema político pareciam sugerir que essa polarização se repetiria. Não foi o que aconteceu.

A ciência política, a sociologia e o jornalismo já iniciaram seus balanços sobre o processo que culmina na eleição de Bolsonaro. Na ciência política, por um lado, a escola de estudos iniciada por Sergio Abranches (1988) e Fernando Limongi (2006) a partir do conceito de presidencialismo de coalizão tem refletido sobre o impacto dessa eleição sobre o arranjo descrito pelo conceito: ainda está em aberto a pergunta sobre se a ascensão de Bolsonaro representaria o seu fim ou apenas um ajuste em uma estrutura que, no essencial, estaria mantida. Por outro lado, a corrente que analisa a política a partir da noção de pemedebismo, de Marcos Nobre (2013), tem em mãos a mesma tarefa de pensar se o conceito ainda se aplica ou se a eleição de Bolsonaro teria representado o

fim do arranjo descrito por ele. Para Nobre, o pemedebismo seria a estrutura que faz o sistema político brasileiro funcionar desde a redemocratização. Ele se caracterizaria pelo ocultamento dos antagonismos em conchavos a portas fechadas e pela produção de supermaiorias legislativas através de uma política baseada essencialmente no veto e na chantagem. O pemedebismo seria, então, um mecanismo autoprotetor do sistema político, que realiza a blindagem necessária para que ele se conserve a salvo das pressões democratizadoras que vêm de fora, da pólis.

Sem prejuízo às contribuições de todas essas disciplinas, tenho entretido a hipótese de que há uma dimensão discursiva a ser tratada pela análise retórica e que seria essencial para a compreensão da política brasileira das últimas décadas. Essa hipótese foi se formando a partir de meu trabalho como latino-americanista, no qual nunca me satisfiz com a homogeneização das experiências do kirchnerismo argentino, do lulismo brasileiro, do chavismo venezuelano, da Frente Ampla uruguaia, do MAS boliviano e da esquerda equatoriana sob o mesmo rótulo de *marea rosada*. Esse marco, com o qual se descreveu a onda de governos progressistas que se consolidou na América Latina a partir da eleição de Hugo Chávez na



Venezuela em 1998, nunca atentou suficientemente para as fortes diferenças retóricas entre essas experiências. Salta aos olhos, por exemplo, como o kirchnerismo se articulou a partir de um discurso ancorado na memória, na redenção do passado e nos Direitos Humanos (Montero 2012; Bermúdez 2015), dimensões que estiveram quase completamente ausentes do discurso do lulismo, um período no qual o Brasil continuou sancionando o pacto amnésico emblematizado pela lei de anistia de 1979. Por outro lado, esteve ausente no chavismo a dimensão conciliatória à qual o lulismo frequentemente recorreu. No discurso chavista, o mapa do espectro político apenas se representava como antagonismo (Arnoux 2008; Peñafiel, 2003), enquanto que no lulismo esse giro retórico coexistia permanentemente com um elemento conciliador. Não foram raras as ocasiões em que Lula combinou, em um espaço de dias ou mesmo de poucas horas, um inflamado discurso de choque de classes para sindicalistas ou jovens da sua base com um outro discurso, pactário e inclusivo, dirigido a empresários, banqueiros, proprietários de terras ou parlamentares. Na Bolívia, a esquerda deixou-se influenciar por um discurso de natureza mais antropológica, no qual a noção andina expressa no quéchua *sumak kawsay* (ou no aymara *suma qamaña*, ou seja, *o bom viver*) ocupava o lugar central de inspiração do projeto e motor da crítica do desenvolvimentismo (Vanhuylst 2015; Gudynas e Acosta 2011), por oposição ao caráter bem mais euroamericano dos discursos kirchnerista, chavista ou lulista. A *marea rosada* não teve um discurso unificado, a não ser nos estudos sobre ela, feitos principalmente na academia estadunidense (ver e.g. Webber 2017).

Analisar o discurso político brasileiro das últimas duas décadas exige uma compreensão do sentido que adquiriu o termo lulismo na bibliografia. Ante de examiná-la, diga-se que o lulismo não foi o resultado de um programa ou de um planejamento estrito, nem da efetivação de uma tendência gerada por acumulação histórica. Sua invenção ocorreu em um contexto acidentado e repleto de improvisos, entrechoques inesperados, composições e recomposições improváveis e correlações insólitas de forças. Sua forma se nutre de uma plasticidade macunaímica – como se verá, uma das caracte-

rísticas essenciais do lulismo é sua constante readaptação a diferentes contextos. No livro inaugural do conceito, “Os sentidos do lulismo”, publicado por André Singer em 2012, o lulismo se define a partir da premissa de que a população pobre brasileira tenderia ao conservadorismo político, ou seja, seria avessa a experiências radicais que pudessem colocar em xeque a ordem instituída, já que em qualquer situação de grande instabilidade os muito pobres seriam aqueles que mais drasticamente teriam a perder. A emergência do lulismo teria acontecido na virada do primeiro para o segundo mandato de Lula, de modo invisível para os radares tradicionais da imprensa e da intelectualidade. Característica dessa emergência seria a perda, com o mensalão de 2005, do eleitorado de classe média que havia levado Lula ao Planalto em 2002. Já sentidos os primeiros efeitos do Bolsa Família e de outros programas de transferência de renda e de concessão de crédito, o eleitorado típico do petismo teria passado a ser o subproletariado. O petismo, de origem fundada na defesa do socialismo democrático, passava a ser um pacto conservador baseado em uma repartição geral de um bolo que crescia junto com o valor das *commodities* vendidas pelo Brasil no mercado internacional, e alicerçado numa aliança entre o carismático Lula, os muitos pobres e os muito ricos.

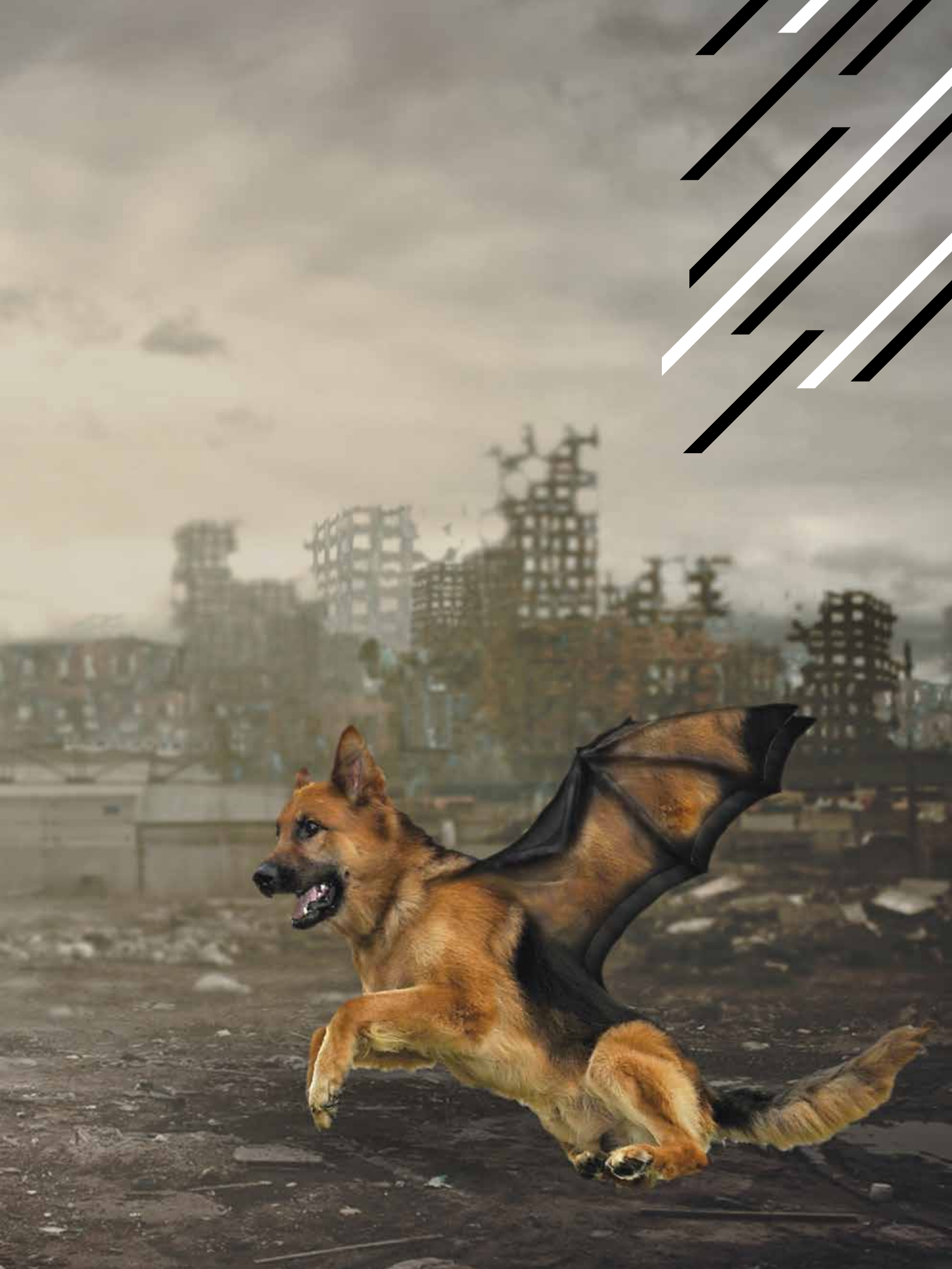
O lulismo reverte, então, uma tendência que vinha das eleições presidenciais de 1989, de aversão eleitoral dos muito pobres à esquerda. Esse eleitorado havia escolhido Collor em 1989, Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e não havia votado em peso em Lula em 2002, mas migra-se massivamente para o petismo nas eleições de 2006. A explicação seria que “os eleitores mais pobres buscariam a redução da desigualdade por meio da intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem” (Singer 2012: 58). O fundamento político do lulismo, para Singer, era um

pacto conservador ou reformista fraco que combinava a defesa da igualdade sem movimento de classe auto-organizado ou ruptura da ordem capitalista, de um lado, e políticas estatais de inclusão econômica e social para proteger os mais vulneráveis, de outro. Com a conciliação de classes do reformismo fraco, sem que as velhas estruturas de classe e divisão de poder político fossem tocadas, o lulismo teria promovido avanços beneficiando a todos, repartindo os dividendos do ciclo favorável de exportações baseado na elevação drástica do preço das commodities no mercado internacional e do boom de crescimento da China. Singer elenca como fundamental o tripé chamado pelo economista Marcelo Neri de “Real do Lula”, que consistia de Bolsa Família, salário mínimo e expansão do crédito (2012: 68).

Mais adiante, Singer defende a diminuição da desigualdade promovida no período contra críticas dirigidas à lentidão do processo, ao alinhamento neoliberal do governo e a critérios distorcidos de medição da renda, alegando que os fundamentos dessa redução foram o emprego e renda e fazendo menção aos postos de trabalho criados pelas políticas de crédito rural, crédito imobiliário e construção civil. Assim, o projeto de combate à pobreza se estruturaria em quatro pilares: “transferência de renda para os mais pobres, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo, tudo isso resultando em aumento do emprego formal”. Esse reformismo fraco, para ele, consistiria na adoção de propostas do reformismo forte, “porém em versão homeopática, diluídas em alta dose do excipiente, para não causar confronto” (2012: 189).¹ Nesse momento, Singer oferece argutas descrição e análise iniciais do lulismo, mas quando tenta reeditar o raciocínio para o governo Dilma, no livro seguinte, só consegue produzir apologia (2018): o lugar do lulismo como pacto holístico, total ou quase total da sociedade brasileira, já se dissolvera, e ele se transformara em um mero polo do antagonismo. Não coube a Singer, no segundo livro, mais que o papel de apologista desse polo.

Mas o conjunto de fatores que produziu o giro que levou à constituição do lulismo em 2005 – crise do mensalão, com a consequente desgraça (a primeira) de José Dirceu, a entrada do PMDB no governo, o início do impacto dos programas de transferência de renda, a chegada de Dilma Rousseff à Casa Civil e, um pouco depois, a desgraça (a primeira) de Antonio Palocci – não foram apenas um conjunto de acontecimentos políticos com implicações econômicas. Eles alteraram também a língua em que se fala a política brasileira, promovendo um ajuste na retórica que havia sido cristalizada na “Carta aos Brasileiros”, de 2002. O giro retórico do lulismo em 2005 não abandonou completamente os compromissos conciliatórios que haviam dado o tom da carta, mas acrescentou a eles camadas retóricas quase-bolcheviques em época eleitoral (o petismo se especializaria em governar como se fosse Sarney e fazer campanha como se fosse Lênin), nacionalistas nas suas repreensões a determinadas fantasias norte-atlânticas de certo setor da classe média, ultradesenvolvimentistas ao dirigir-se à sua nova classe C, emergente e precária,² e intensamente antimídia na conversa (imaginária) que mantinha com sua base organizada, nos sindicatos, aparatos estudantis e professorais, e na internet, especialmente na chamada blogosfera progressista. Toda essa radicalização discursiva era contemporânea de políticas amistosas ao agronegócio e ao setor financeiro (e, cada vez mais, também às empresas escolhidas como “campeãs nacionais”), de uma coexistência bastante colaborativa com o Grupo Globo e de gestos cada vez mais frequentes de concessões ao Grupo Record. Essa contemporaneidade entre estratégias discursivas que não haviam coexistido assim no Brasil no discurso de uma mesma força política faria do equilíbrio de antagonismos uma operação retórica essencial para o lulismo.³

O motor desses antagonismos foi uma profunda contradição entre dois diferentes momentos do discurso e da prática do lulismo, aqueles do Lula conciliador e os do Lula feroz orador e líder popular. Alguma discrepância entre conciliação e vociferação é esperada na atuação de todos os políticos, mas o lulismo modulou essa contradição em um nível formidável, produzindo



uma sinfonia de falas que se contradiziam parcialmente, oscilando entre conversas conciliatórias com líderes empresariais, de manhã, e a retórica inflamada da luta de classes dirigida aos pobres ou à classe média baixa sindicalizada, à tarde. Em permanente ofensiva contra a imprensa, Lula sempre foi amigável e generoso em suas negociações com os interesses das grandes empresas de comunicações, particularmente com as organizações Globo. Seja por meio da distribuição de verbas publicitárias, seja pelo exercício do poder de nomear o ministro das Comunicações, o lulismo fez do império da Rede Globo um componente central de seu pacto. O governo Lula nunca tentou, por exemplo, efetivar o dispositivo constitucional que requer certo grau de quebra do monopólio em comunicações – fez essa escolha mui conscientemente. De qualquer forma, a relação com a imprensa foi apenas um exemplo de como o lulismo fez da contradição entre diferentes momentos de sua prática discursiva um mecanismo que lhe permitiu modular e regular o sistema de antagonismos.

A defesa do lulismo, quando atacado a partir de lados diferentes do espectro político, também foi singularmente contraditória. Ao ser criticado por uma extrema direita paranoica, que o via como um primo perigoso do chavismo, o lulismo reagia em termos moderados, apontando com razão que a comunidade empresarial nunca havia lucrado tanto como durante a gestão Lula e que os governos do PT eram sólidos em termos macroeconômicos e amistosos com os mercados. Por sua vez, quando a crítica partia de ambientalistas como Marina Silva ou da centro-esquerda à la Cristovam Buarque ou mesmo do centro-liberalismo de Fernando Gabeira, o lulismo adotava um discurso quase-bolchevique, que repetidamente retratava os seus adversários como direitistas dedicados a trair os ganhos sociais, quando não golpistas *tout court*. Esse movimento foi acompanhado de um autorretrato que mostrava uma ascensão ao poder popular e sempre desbravadora, às vezes quase revolucionária. Particularmente

durante as campanhas eleitorais, a linha de ataque do lulismo contra ambientalistas e moderados foi uma visível radicalização à esquerda, em clara contradição com a natureza moderada e amigável a mercado e oligopólios de seu próprio governo.

A necessidade constante de identificar um antagonista, acoplada a essas várias contradições, terminaram convertendo o oxímoro no tropo lulista por excelência. Diferente do antagonismo, que é um confronto entre opostos que ocupam polos distintos de uma dicotomia, e diferente da contradição, na qual o sujeito mantém teses opostas em tempos ou lugares distintos, no oxímoro os dois opostos ocupam o mesmo tempo e espaço. Daí a natureza agonística do oxímoro: uma expressão como “círculo quadrado” empurra a linguagem ao ponto de colapso, um lugar impossível, marcado por uma coabitação que perturba a ordem discursiva. No antagonismo e na contradição, temos a sensação de que o sujeito está recorrendo a uma figura retórica; no oxímoro, a tendência é sentir que o sujeito foi sobrepujado por uma figura retórica. O lulismo manteve sua vocação ao oxímoro ao longo de sua história: ele simultaneamente antagonizou e reconciliou, denunciou e construiu consenso, inflamou e esfriou os ânimos. Tais práticas foram mais do que reiteradas no lulismo ao longo da última década; elas foram simultâneas e moduladas em conjunto, rastreáveis nas falas, entrevistas e atos públicos de Lula. A tensão acumulada nessa estrutura retórica colapsou com os levantes de Junho, sob o peso da cooptação dos movimentos sociais pelo lulismo.⁴ Para o lulismo, o oxímoro foi uma estratégia de adestramento retórico, mas Junho não podia ser adestrado, não se pode adestrar um verdadeiro acontecimento. Neste sentido, aqueles que lamentam que Junho trouxe consigo o fim do lulismo não estão inteiramente errados, mas eles deveriam ir além dessa constatação melancólica, realizar o luto e voltar a pensar.⁵

A natureza oximorônica do arranjo retórico do lulismo foi, em grande medida, singular na América Latina. Os dois lados que compõem o oxímoro lulista – um discurso/prática em que há antagonismos claros e um outro discurso/prática que dissolve os antagonismos – não teve equivalente no chavismo,

que foi e segue sendo uma máquina discursiva que opera exclusivamente à base de exacerbação do antagonismo. A proposta de que o oxímoro lulista é uma combinação simultânea de dois discursos/práticas antagônicas tem o propósito de sublinhar que não se trata, de forma nenhuma, de descrever uma mera contradição entre um momento em que o lulismo fala e outro em que ele age. Não se trata de que exista um discurso “falso”, que distorceria uma prática que está em contradição com ele. As contradições que poderíamos chamar “hipócritas” entre discurso e prática existem no lulismo como existem em qualquer força política, mas não são elas as que conferem a singularidade ao lulismo enquanto sistema retórico. A coexistência oximorônica que realmente importa aqui é outra, a saber, entre um polo de discursos-práticas que fomentam o antagonismo e um polo de discursos-práticas que mascaram, sublimam e/ou dissolvem o antagonismo. O lulismo faria da orquestração desses antagonismos simultaneamente exacerbados e sublimados a sua arte retórica por excelência, encarnada na figura de um Lula que passeia quase que simultaneamente pelo discurso incendiário e pelo discurso pemedebista. Essa orquestração funcionaria mais ou menos azeitada até a explosão de revolta de Junho de 2013, e a partir daí se abre o que poderíamos chamar de sobrevida do lulismo:

agônico e acuado, ele entra em seu período de descenso e dissolução como pacto social hegemônico e sobrevive como facção, como corrente política.

A modulação de diferentes antagonismos na sinfonia lulista não implicou que todos esses antagonismos fossem tratados de forma equivalente, sem dúvida. O antagonismo com “a mídia” – sempre referida com esse termo – teve um estatuto todo especial para o lulismo. Em certo sentido, tratava-se do antagonismo mais profundo, na medida em que era o único tema em que toda a militância e base petistas se sentiam autorizadas a criticar o governo Lula. Segundo essa versão autorizada e imaginária de uma crítica (imaginária no sentido althusseriano de uma representação especular e fantasiosa de uma relação real), o governo estaria sendo “tolo”, aceitando ser “saco de pancadas” de uma imprensa que nunca o toleraria. A escolha por não fazer a prometida reforma dos meios de comunicação de massas, ou *ley de medios*, em língua argentina, decorreria, segundo esse discurso autorizado, de timidez, medo ou erros da ordem do tropeço por parte de Lula e da direção petista. As escolhas do governo na área de política das comunicações eram assim atribuídas a uma falha, algo não bem percebido pela direção petista e por Lula. A premissa era a de que se tivesse sido mais esperto ou mais corajoso, o governo petista teria feito a reforma da mídia e a situação estaria melhor no país. Nada do que aconteceu nos últimos quinze anos autoriza essa leitura, mas a militância petista a consumiu e reproduziu fartamente em universidades, blogues, revistas e sindicatos, canalizando para a propaganda anti-imprensa os outros antagonismos sobre os quais eram obrigados, por necessidade política, a silenciar.

A política de comunicações do governo Lula foi uma modulação desse discurso anti-imprensa oferecido ao consumo da base, especialmente nos momentos em que era necessário mobilizá-la, combinada com o discurso/prática da incorporação, cooptação e constante diálogo com o grupo Globo. Entre as transformações listadas acima que acontecem no governo em 2005 e que são responsáveis pela gênese do que se entende como lulismo na bibliografia especializada,





com frequência esquece-se de uma dos mais importantes: a chegada de Hélio Costa, homem da Globo, ao Ministério das Comunicações, que ele dirigiria até 2010. Ali se celebra um pacto que garantiria as boas relações entre a cúpula do lulismo e o maior grupo de comunicações brasileiro. Por mais que, para consumo da base, fosse necessário manter a chama do discurso anti-imprensa, nas eleições de 2006 ver-se-ia na Globo uma cobertura reconhecidamente equânime. Nos grandes e decisivos momentos da história recente, o governo petista e as organizações Globo estiveram do mesmo lado. A construção da usina de Belo Monte, a criminalização dos manifestantes de Junho 2013, a política para os grandes eventos da Copa e das Olimpíadas, o estímulo desenvolvimentista do BNDES a indústrias campeãs nacionais, o redesenho do Rio de Janeiro a partir da lógica de contrainsurgência das UPPs:⁶ em todos esses temas e em muitos outros, o governo petista e as organizações Globo coincidiram em suas leituras e suas escolhas. Eles estiveram do mesmo lado em diferentes facetas de um projeto que se poderia chamar de comum, por mais que, de forma bizarramente contraditória com esses fatos, o petismo também necessitasse alimentar sua base com discursos sobre a “manipulação” da “Globo golpista” que só estaria prosseguindo porque supostamente o governo não teria tido a “coragem” de fazer a lei de meios, como na Argentina. No caso da imprensa, então, o equilíbrio de antagonismos do lulismo funciona de forma particular: dissolvendo o antagonismo no trato político e exacerbando-o no discurso para consumo de um setor particular, sua base militante.

Mesmo nesses casos, de discurso flagrantemente contraditório com a prática, é importante entender que não se trata de simples hipocrisia, mas de uma economia discursiva em que cada uma das peças tem o seu papel. Ao lidar no topo com as organizações Globo e oferecer para consumo da base um discurso anti-imprensa, o lulismo não apenas fabrica um discurso imaginário, mas também opera sobre a realidade. Nenhum conjunto de discursos sobrevive de forma tão visível por tanto tempo sem provocar alguma transformação na realidade que inicialmente apenas distorcera. A circulação desses discursos

em blogs, redes sociais na internet, revistas de sindicatos, discursos de organizações acadêmicas e reivindicações de movimentos sociais vai gestando para o petismo uma base com fortíssimo poder de fogo comunicacional, em muito superior àquela que havia tido antes de chegar ao governo, quando a inserção do partido nos movimentos era até mais orgânica. Esse poder de fogo midiático “alternativo”, do qual gozava e até certo ponto ainda goza o lulismo, seria mobilizado de forma pontual, em especial para destruir reputações daqueles que passaram pelo lulismo ou pela esquerda e romperam com eles. Fernando Gabeira, Miriam Leitão, Marina Silva, Marta Suplicy e Cristovam Buarque são cinco exemplos de figuras que foram violentamente atacadas durante anos no aparato comunicacional petista, em ataques que não teriam sido tão efetivos se não se tivesse sido gestado esse discurso que exacerba, para consumo da base, o antagonismo com a imprensa. Nas eleições em que realmente precisou dessa máquina para vencer, as presidenciais de 2014, o petismo encontrou-a azeitada, e Marina Silva não foi páreo para a demolição propagandística de que o petismo era capaz. Não obstante a importância das verbas, esse poder de fogo foi construído com o verbo, através da consolidação de um discurso ao longo de uma década.

Na relação do seu discurso com a imprensa, nota-se por que o oxímoro foi a figura retórica por excelência do lulismo: abundam no lulismo a fusão (i.e. a eliminação ou dissolução das oposições), o antagonismo (i.e. a fixação das oposições em termos irreduzíveis) e a contradição (i.e. a tensão dialética entre os dois polos da oposição), mas quem ancora e sustenta o discurso é o oxímoro, i.e. a afirmação simultânea e paradoxal dos dois polos opostos. O lulismo levaria essa maestria do oxímoro a níveis estratosféricos, conseguindo reeleger em 2014, com

um discurso quase bolchevique, uma governante cujo primeiro mandato havia se caracterizado principalmente pelo favorecimento a oligopólios amigos. De manhã, negocia-se com José Sarney, Eunício Oliveira e Paulo Maluf, à tarde, acusa-se Marina Silva de ser a neoliberal pró-bancos que tiraria a comida da mesa dos pobres. No limite, pode assinalar-se a extrema hipocrisia do petismo nesse jogo, mas com o vocabulário moral não se entende como foi possível que a engrenagem funcionasse por tanto tempo. Evidentemente, existe o fundamento material desse sucesso discursivo, o boom das commodities e a boa disciplina fiscal herdada de Fernando Henrique Cardoso e mantida durante parte do governo Lula. Ele tornou possível que o lulismo oferecesse à sua base social outros bens além de discursos. Que não se entenda, portanto, a fórmula do lulismo como acontecimento exclusivamente discursivo que teria dependido apenas de uma destreza retórica. O lulismo se consolida como pacto pelos programas de transferência de renda, de microcrédito e de valorização do salário mínimo combinados com boa saúde fiscal. Mas não teria tido a efetividade – e talvez também o desfecho – que teve se não houvesse inventado uma língua particular, em que a conciliação e o antagonismo são reiteradamente afirmados de forma simultânea.

É por isso que em Junho, mais que no impeachment de Dilma ou na eleição de Bolsonaro, o lulismo encontra seu momento de quebra, sua perda definitiva do pulso das ruas, seu ponto de não retorno como pacto de classes viável. A aceleração e a multiplicidade que as ruas de Junho põem em cena não permitiriam ao lulismo operar sua máquina oximorônica a contento. Era impossível ser fiel àquele acontecimento que ali se desenrolava e, ao mesmo tempo, ser governo da forma como se havia sido governo, com a combinação entre antagonismo e conciliação que caracterizava aquele governo em particular. Esse destempo, esse desajuste retórico encontra seu emblema nos atônitos *tweets* publicados em Junho de 2013 pelo presidente do PT, Ruy Falcão, ora tentando desqualificar os protestos, ora limitando-se a condenar a violência da “polícia

do PSDB”, ora ousando juntar-se aos manifestantes – avaliando mal que as bandeiras e camisas petistas seriam bem ou pelo menos neutramente recebidas pela multidão. A hostilidade que se seguiu deixou a totalidade do petismo, cúpula e base, atônita: como era possível que camisas vermelhas fossem expulsas das ruas? Como era possível que não gostassem de nós? Tendo monopolizado o discurso “radical” no Brasil durante mais de três décadas, tendo sido o produtor hegemônico de antagonismos da política brasileira desde pelo menos a primeira eleição presidencial democrática pós-ditadura (1989), senão desde a campanha das Diretas Já (1984), o petismo viu-se forçado a entoar gritos de “sem violência!” ante a fúria com que foi recebido nos protestos. Ali o lulismo perde as ruas e nunca volta a recuperá-las, a não ser em atos coreografados e algo melancólico de campanha eleitoral.

As ruas se perdem para o lulismo no momento, então, em que um discurso entra em seu momento de colapso. Essa quebra discursiva é, ao mesmo tempo, causa e consequência, agente e sintoma do colapso que se anuncia a partir de Junho e atravessa Copa do Mundo, estelionato eleitoral, manifestações Fora Dilma e processo de impeachment. No momento em que o petismo tenta a retomada de seu discurso “radical”, quase-bolchevique (na campanha eleitoral de 2014), o tom já era inevitavelmente farsesco, já não lhe restava qualquer fiapo de fundamento em relações sociais reais, a existência do discurso em si já dependia da máquina de propaganda de João Santana. A produção do antagonismo se via reduzida a discurso difamatório, regado a grandes quantidades de dinheiro público advindas de superfaturamento. Já não era possível levar a sério o edifício oximorônico em que sustentavam o lado Sarney e o lado Lênin do petismo. Desmoronava a sinfonia em que se sustentara um oxímoro estável, que equilibrava simultaneamente a dissolução e a intensificação de antagonismos. O lulismo ficava assim reduzido a ser um dos polos do antagonismo social, já não o edifício oximorônico que os reunia a todos.

Há uma linha tortuosa que leva da ausência de respostas do governo Dilma Rousseff para os manifestantes de Junho à eleição de Bolsonaro, ocorrida cinco anos depois. Mas a relação entre Junho e a crise política posterior não deve ser estabelecida no sentido em que os apoiadores do ex-governo costumam entendê-lo, a partir da pobreza da fórmula “de Junho ao golpe”, como se as manifestações de Junho fossem uma espécie de embrião da malvadeza do impeachment. As relações entre Junho e a crise política devem ser buscadas na materialidade dos discursos com que esses fenômenos se articularam. Para o lulismo, Junho marca, como se viu, o desmantelamento do edifício em que se sustentava um oxímoro, a quebra do pacto através do qual o lulismo combinava a dissolução de antagonismos com o exacerbamento de antagonismos.

Essa quebra não era inevitável, ela não foi uma pauta de Junho, mas impôs-se no momento em que as únicas respostas vindas do petismo passaram a ser a desqualificação, a repressão policial e, no pronunciamento de Rousseff, a inesquecível proposta de uma “Constituinte parcial para a reforma política”, retirada da cartola e não discutida com um aliado sequer antes de ser lançada na televisão (para, previsivelmente, morrer alguns dias depois). Dali em diante, ao lulismo não estava dada a possibilidade de ser mais que um polo do antagonismo social, em um “‘confronto’ entre coxinhas e petralhas [que] foi o duplo farsante, mais uma repetição cômica das jornadas de junho de 2013” (Cava 2016: 35). Ante a destreza com que o petismo manejou seus impulsos contraditórios até as jornadas de Junho, saltava aos olhos a impotência com que ele tentou reeditá-los na sequência. Brevemente e por pouco, graças a uma campanha profissional e cara, essa destreza ainda viu seu último suspiro no abatimento de Marina Silva que tem lugar em agosto-outubro de 2014, período no qual João Santana conseguiu convencer suficientes milhões de brasileiros de que um suposto antagonismo entre Marina Silva e as conquistas sociais do lulismo era, verdadeiramente, o principal e mais perigoso antagonismo político brasileiro. Nas reedições seguintes da política do antagonismo, que seriam

o “Não vai ter golpe” e o “Fora Temer”, o antagonismo já era de conteúdo puramente farsesco.

É importante que se entenda o “farsesco” aqui em termos retóricos, ou seja, não se trata de julgar moral ou sequer politicamente as campanhas contra o impeachment e pela derrubada do governo Temer. Trata-se de observar o gênero discursivo em que elas aconteceram. O farsesco se caracteriza essencialmente pela impossibilidade absurda, pelo exagero, pela hipérbole. O efeito cômico, mas amargo, que provoca a farsa vem do contraste entre o grandioso ato que se nomeia e a impotência do discurso que faz a nomeação. Com essa fórmula está descrita a retórica do lulismo desde Junho. O “Não vai ter golpe” representaria o ápice dessa impotência: em sentido estrito, a retórica do “Não vai ter golpe” era duplamente farsesca, já que recorria a uma hipérbole – “golpe”, para designar o processo no qual a sociedade brasileira abertamente debateu o impeachment de Dilma durante 18 meses, validado no STF e votado no Congresso – e duplicava essa hipérbole ao dizer que não ia haver o que todos já se sabiam que ia haver, incluídos aí as próprias lideranças petistas.

O farsesco do devir-facção do lulismo se emblematiza na coexistência algo patética entre a base do petismo que era levada a gritar “Não vai ter golpe” meio que como autômatas, e os fatos de que Lula tranquilamente planejava o pós-Dilma com deputados petistas em um hotel de Brasília, o PT prosseguia com suas alianças com o PMDB em vários estados, como Minas Gerais e Sergipe e, pior de tudo, iniciava a dobradinha paradoxal com a extrema-direita que mais vociferou durante o impeachment e que mais diretamente leva à candidatura de Jair Bolsonaro.

A dobradinha não era, claro, um acordo consciente ou uma espécie de conspiração. Tratava-se literalmente de uma

dobradinha: mobilizar todas as forças políticas possíveis, manipulá-las da forma que fosse, para que se produzisse um segundo turno contra a extrema-direita que capitaneava a ala mais raivosa do impeachment, agora já agrupada em torno a Bolsonaro. O petismo fazia essa projeção sabendo que o bolsonarismo também a fazia, o que é uma diferença em relação a outras ocorrências do cálculo petista “quanto mais reacionário o adversário do segundo turno, melhor”, como em 2014. Em 2018, o bolsonarismo também replicava a mesma projeção de segundo turno porque sabia que sua melhor, se não única chance de sucesso, residia no enfrentamento com o candidato lulista. Até cinco anos atrás, o lulismo havia sido uma modulação oximorônica de polos contrastantes, uns em que se produziam e reforçavam antagonismos e outros em que se dissolviam antagonismos. Varrido pela impossibilidade de prever ou sequer de responder a Junho, o lulismo tornou-se incapaz de administrar os oxímoros que antes administrara com sabida maestria. Reduziu-se, assim, a ser um dos polos do antagonismo, embora continuasse falando como se fosse porta-voz do edifício inteiro, paradoxo que se expressa na insólita caracterização de 70% da população nacional como “golpista”.

Esse é o quadro retórico no qual acontece a vitória de Bolsonaro. Ele permanece de pouca visibilidade para as ciências sociais, presas a conceitos como presidencialismo de coalizão (que tem potencial reduzido para explicar a formação dos blocos eleitorais de 2018 e seus resultados) ou pemedebismo (excelente contribuição que, no entanto, parece nos condenar a uma dicotomia entre o sistema político e seu exterior). O fundamento econômico que atravessa essas transformações retóricas e que leva ao impeachment é hoje pacífico na bibliografia, e o leigo tem em Villaverde (2017), de Bolle (2016) e Dieguez (2014) uma tríade essencial para entender o nocaute a que o governo Dilma submeteu a economia brasileira. Ele

é muito mais duradouro e destrutivo do que deixa entrever o termo “pedaladas”. No Direito, o colapso retórico do lulismo gerou muito garantismo de ocasião, como se a prisão de petistas pela Lava Jato representasse um ponto de inflexão epocal. Gerou também usos de conceitos como Estado de Exceção e de fim da democracia para designar arranjos meramente eleitorais, comuns e correntes na democracia oligárquica brasileira. Para nós, da análise retórica, fica claro depois da pesquisa que o lulismo teve o seu grande ápice – e também seu descenso – fortemente vinculado à forma como ele lidou com as oposições e as polarizações, às vezes incitando-as, às vezes dissolvendo-as. Esse modo de operação do lulismo foi descrito aqui através do conceito retórico de oxímoro, a afirmação simultânea dos opostos no mesmo espaço. Do ponto de vista da análise do discurso, fica claro que foi em Junho de 2013 que se dissolveram as condições de possibilidade para que o lulismo continuasse sendo o pacto dominante que fora desde 2005. De administrador de antagonismos o lulismo passa a ser apenas um dos polos do antagonismo principal – e, de longe, o polo que mais mobiliza antagonismos contra si. Essas são as condições de possibilidade do erro catastrófico de Lula, que insistiu em apostar que a posição de polo principal do antagonismo principal não lhe renderia, também, a posição de polo mais odiado, contra o qual até mesmo uma vacuidade como Jair Bolsonaro poderia se insurgir e capitalizar. “Culpa” não é uma categoria com que se trabalhe em ciências sociais e é sabido que fenômenos sociais complexos – como uma eleição presidencial em um país de 209 milhões – têm, por definição, causas múltiplas e sobredeterminadas. Mas não se pode desprezar o papel das escolhas retóricas do lulismo nestes cinco anos de sua derrocada como pacto social na produção do quadro que leva à eleição de Bolsonaro, o emblema mesmo dessa derrocada. ●

O autor é professor de estudos latino-americanos do Departamento de Espanhol e Português da Tulane University (Nova Orleans).

iavelar@tulane.edu

NOTAS DE RODAPÉ

1. Boa parte dos dois parágrafos que precedem esta nota foi escrita a quatro mãos com Moysés Pinto Neto, a quem agradeço a interlocução.

2. Essa classe foi alternativamente designada como “batalhadores” (Souza 2012 [2010]), “precariado” (Braga 2012) ou, mais midiaticamente, “classe C do Lula”.

3. O conceito de equilíbrio de antagonismos foi desenvolvido por Ricardo Benzaquen de Araújo (1994) para descrever o mecanismo retórico central da obra de Gilberto Freyre.

4. Para uma história detalhada dos levantes de Junho, publicada já com uma distância histórica de cinco anos e recolhendo um farto material, ver Ellwanger (2018).

5. Os dois parágrafos anteriores são adaptados de um artigo publicado anteriormente (Avelar 2017).

6. Sobre a lógica da contrainsurgência que, paradoxalmente, chega ao Brasil com as UPPs (2008) muito antes que houvesse insurgentes (2013), ver o excepcional texto de Paulo Arantes, “Depois de junho a paz será total” (2014).

BIBLIOGRAFIA

Abranches, Sergio. 1988. “Presidencialismo de coalizão”. *Dados* 31.1: 5-33.

Arantes, Paulo. 2014. “Depois de junho a paz será total”. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo. 353-460.

Arnoux, Elvira Narvaja de. 2008. *El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Biblós.

Avelar, Idelber. 2017. “Os levantes de Junho de 2013 e o esgotamento do pacto lulista”. *Lugar Comum* (Rio de Janeiro) 50: 127-147.

Benzaquen de Araújo, Ricardo. 1994. *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Bermúdez, Nicolás. 2015. “La construcción kirchnerista de la memoria”. *Linguagem em (Dis)Curso* (Tubarão, S.C.) 15.2: 229-247.

Braga, Ruy. 2012. *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

Cava, Bruno. 2016. “O 18 de Brumário brasileiro”. *A terra treme: Leituras do Brasil de 2013 a 2016*. Bruno Cava e Márcio Pereira, orgs. São Paulo: Annablume.

de Bolle, Monica. 2016. *Como matar a borboleta azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Dieguez, Consuelo. 2014. *Bilhões e lágrimas: A economia brasileira e seus atores*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ellwanger, Tiana Maciel. 2018. *Jornadas de junho, 5 anos depois: o que foram as manifestações de 2013 e como elas mudaram o país*. Rio de Janeiro: Autografia.

Gudynas, Eduardo e Alberto Acosta. 2011. “La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa”. *Utopia y praxis latinoamericana* (Maracaibo, Venezuela) 16.53: 71-83.

Limongi, Fernando. 2006. “Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório”. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo): 17-41.

Montero, Ana Soledad. 2012. *¡Y al final un día volvimos!: los usos de la memoria en el discurso kirchnerista (2003-2007)*. Buenos Aires: Prometeo.

Nobre, Marcos. 2013. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Cia das Letras.

Peñafiel, Ricardo. 2003. “Venezuela: un escenario político antagonista. El pueblo y la pobreza, en el discurso de Chávez”. *Versión* 13 (México, D.F.): 143-185.

Singer, André. 2012. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2018. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2018)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, Jessé et al. 2012 [2010]. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Segunda edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Vanhulst, Julien. 2015. “El laberinto de los discursos del buen vivir: entre Sumak Kawsay y el Socialismo del siglo XXI”. *Polis* 40 <http://journals.openedition.org/polis/10727>.

Villaverde, João. 2017. *Perigosas pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo de Dilma Rousseff*. São Paulo: Geração.

Webber, Jeffery R. 2017. *The last day of oppression and the first day of the same*. Chicago: Haymarket.